



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/158>

DOI: 10.20396/ISBN9786588816394

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2022 by UNICAMP/BCCL. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Economia, trabalho e meio ambiente: recursos naturais (e sociais) no limite?

Paulo Sérgio Fracalanza


INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Rosana Icassatti Corazza

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

sumário





A ideia de que os recursos naturais possam significar um limite para a aventura humana sobre a Terra é antiga. Se mirarmos o renascimento do debate ambiental na década de 1960,¹ vamos encontrar dois trabalhos seminais que iluminam a visão dos economistas sobre os recursos naturais: a contribuição de Kenneth Boulding, *A economia do advento da espaçonave Terra*, e o famoso relatório encomendado pelo Clube de Roma ao casal Meadows, do MIT, intitulado *Limites ao crescimento*.² Sem desmerecer a importância desses e de outros pioneiros, a ideia dos limites impostos pela escassez de recursos naturais e dos efeitos cumulativos decorrentes da poluição revelou-se algo acanhada.

Com efeito, o entendimento dos recursos naturais como recursos físicos, o mais das vezes aprisionados no subsolo, que possuem uma natureza escassa e que em algum momento vão se esgotar já não dá conta de nossa atual compreensão da questão ambiental. A bem dizer, o conhecimento científico tem convergido para uma apreciação sistêmica dos problemas ambientais,

1 Ver, especialmente, McCormick (1992) e Corazza, Fracalanza e Bonacelli (2015).

2 Os títulos originais são *The Economics of the Coming Spaceship Earth*, de Kenneth Boulding (1966), e *Limits to Growth: a report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, de Meadows et al. (1972).

com base num entendimento mais claro dos efeitos das mudanças atmosféricas – e, com mais abrangência, nos sistemas biogeoquímicos – provocadas pela ação antrópica.³ É justo dizer que as bases sólidas para a exploração científica nesses domínios se encontram em trabalhos seminais de vários autores, entre os quais cabe destacar Georgescu-Roegen (1999, original de 1971).

No momento presente, mais do que dizer dos limites impostos pelos recursos naturais, deveríamos dizer que a vida se encontra em seu limite. Há pouco tempo, quando surgiu a ideia de que vivíamos uma *sexta extinção em massa*, isso causava alguma espécie.⁴ Hoje, vigora um robusto consenso entre os cientistas de que vivemos um irreversível e vertiginoso processo de degradação da biodiversidade (RIPPLE et al., 2017). Também tem sido evidenciado que essa degradação traz implicações para a emergência de novos patógenos com riscos crescentes para a saúde humana (SCHMELLER, COURCHAMP e KILLEEN, 2020; KEESING e OSTFELD, 2021).

Nesse mesmo sentido, é preciso reconhecer que os grandes processos biogeoquímicos também se encontram no limite. Os ciclos biogeoquímicos são responsáveis pela

manutenção de certa estabilidade dos fenômenos naturais, pela ciclagem dos nutrientes e pela resiliência dos processos naturais. Numa complexa interação, preservam as condições para a frágil teia de vida na Terra. Porém, a cada dia há maior volume de evidências de que estamos velozmente ultrapassando os limiares seguros de nossas fronteiras planetárias. Esse conceito – de fronteiras planetárias⁵ – permite aquilatar que, em várias frentes, estamos próximos a romper, ou mesmo já rompemos, os pontos de não retorno (*tipping points*), além dos quais é magnificada a incerteza sobre as ameaças para a manutenção das condições para a vida em nosso planeta.

Porém, as crises gêmeas que nos assolam não dizem respeito apenas aos processos naturais desequilibrados pela ação antrópica embalada pela ideologia social da petroprosperidade (YERGIN, 1992; SMIL, 2017). Ora, não há como duvidar que o trabalho assalariado também se encontra em seu limite. Se durante o pós-Guerra o pleno emprego chegou a figurar como objetivo de alguns Estados Nacionais, hoje encontramos em face da iniludível redundância do trabalho vivo. As elevadas taxas de desocupação e os imensos custos sociais, políticos, psicológicos e econômicos da desocupação continuam a cobrar sua conta, revelando-se nos quadros de crescentes desigualdades, migrações forçadas e miséria.⁶



3 Sobre o conceito de Antropoceno, ver a contribuição seminal de Steffen et al. (2015).

4 Ver Kolbert (2015).

5 Ver o artigo seminal de Rockström (2009).

6 Aqui a referência é o artigo de Sen (1997).

Também a democracia e os Estados de Welfare-State se encontram cada vez mais sitiados, e movimentos cada vez mais ruidosos, aqui e lá fora, repercutem as cantilenas de discursos (e práticas) extremistas, racistas e intolerantes que criamos sepultados.

Portanto, se vivemos o momento de uma fratura civilizacional, se é dever reconhecer que as crises que nos assolam estão todas interligadas, é melhor renunciar a falsas ideias. Recursos naturais no limite? Sim, sem dúvida. Mas, antes disso, “nosso mundo” como o conhecemos, com o qual nos acostumamos, pelo qual, talvez, muitos de nós sintam ainda simpatia, encontra-se no limite e em acelerada decomposição.

A pergunta essencial é: que mundo está em crise? Quando, acima, dissemos “nosso mundo como o conhecemos”, destacamos “nosso mundo” propositadamente. Pois, se o fim desse mundo nos parece inevitável, a tarefa que se impõe é o equacionamento e a construção de transições para novas formas de organização social, política, econômica e cultural. Se concordarmos com esse diagnóstico, não parece minimamente sensato descartar, ignorar ou mesmo destruir as formas de vida que sustentam alternativas entre nós. A esse ponto voltaremos ao fim deste ensaio.

Quando olhamos para o mundo do trabalho, para além das frias cifras do desemprego, o que vemos?

Uma primeira constatação, incontornável, é que globalmente convivemos com uma imensa redundância do trabalho vivo.⁷ É claro que o momento atual foi profundamente afetado pela pandemia da Covid-19 e que as respostas dos diferentes países à crise sanitária são reveladoras das imensas desigualdades globais. De qualquer forma, há muito o mundo convive com elevadas taxas de desocupação de sua mão de obra, com crescentes contingentes humanos que não encontram ocupações em tempo completo, num quadro em que as taxas de participação vêm declinando.⁸

Os indicadores são ainda mais sombrios quando se constata que, do total da população ocupada, 8% são extremamente pobres e 13% são moderadamente pobres.⁹ E isso não é tudo. As situações são muito diferentes entre os trabalhadores dos setores formais e dos setores informais, e as dificuldades são maiores entre os mais jovens, entre os mais velhos, entre as mulheres e entre os indivíduos racializados.¹⁰

7 Em que pese as maiores dificuldades recentes e a advertência de que o retorno aos tempos pré-pandêmicos dificilmente será alcançado num futuro próximo. ILO (2022).

8 A advertência encontra-se no último relatório da Organização Internacional do Trabalho (2022). O número de desempregados atinge 207 milhões de pessoas, 6,2% da PEA. Estima-se em 57 milhões o número de pessoas que não desfruta de trabalhos equivalentes a um tempo completo. A taxa de participação da força de trabalho em 2021 foi de 59%. A estimativa para 2023, 59,4%, não permite atingir o patamar de 2019, 60,5%.

9 As estimativas dos extremamente pobres e moderadamente pobres respondem, respectivamente, por ocupados vivendo em lares com renda *per capita* menor que U\$ 1,9 ou U\$ 3,9 em PPP. ILOSTAT (2019).

10 Aqui usamos o conceito de indivíduos racializados na esteira de Vergès (2020). Esse conceito, cremos, pode dar conta das situações de discriminação bastante diferenciadas entre os países. No caso do Brasil, as mulheres, os pretos, os pardos e os

De outra parte, não se pode ignorar que as inovações tecnológicas, na esteira da indústria 4.0, têm contribuído para a destruição de inúmeros postos de trabalho, atingindo sobretudo os segmentos populacionais mais desfavorecidos e com menor qualificação laboral.¹¹ É bem verdade que, ao mesmo tempo que destroem antigas ocupações, as novas TICs geram novos espaços de trabalho. Contudo, se em algum momento a nova economia do compartilhamento foi saudada como uma benfazeja novidade – um experimento em rede com espaços ampliados de autonomia e criatividade dirigido para o auxílio mútuo (BOTSMAN e ROGERS, 2010) –, hoje não pairam dúvidas de que as gigantescas empresas que vieram a ocupar a imensa arena dos negócios com plataformas digitais magnificaram o que alguns, acertadamente, denominam de hiperexploração capitalista (PETICCA-HARRIS, DEGAMA e HAVISHANKAR, 2020). Em face das condições cada vez mais desfavoráveis no mercado de trabalho, a saída encontrada por muitos tem sido a da “viração”, a busca por empregos informais nas plataformas digitais.¹² Para esses novos *empreendedores* a fatura releva-se amarga: torna-se a cada dia mais

evidente que a propagandeada narrativa de que o trabalho duro é o caminho para a segurança e o sucesso apenas escamoteia a crescente instabilidade, precariedade e intensificação do trabalho.

Infelizmente, a visão presciente de Gorz (2003) vai se revelando mais e mais correta. Temos um núcleo duro de trabalhadores bem empregados, bem remunerados, com estabilidade, perspectivas de ascensão profissional e desfrutando de inúmeros benefícios. Orbitando em torno desses trabalhadores privilegiados e, o mais das vezes, servindo a eles, encontramos um imenso contingente de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados, sem nenhuma garantia trabalhista e oscilando entre períodos de emprego e desocupação.¹³

Deixemo-nos conduzir por Graeber, esse prodigioso antropólogo que desafortunadamente nos deixou muito cedo. Em seu livro *Bullshit Jobs* (2018), Graeber nos oferece, sem rodeios, uma tese lúcida, se bem que um pouco indigesta. Seu argumento começa por rememorar as célebres previsões de John Maynard Keynes sobre o futuro do trabalho. Em 1930, vem à luz o notável ensaio intitulado “Possibilidades econômicas para nossos netos”.¹⁴ Neste, Keynes afirma que a humanidade, em mais cem anos, poderia finalmente liberar-se de seu mais perene castigo: a necessidade do trabalho árduo para a

indígenas, os LGBTQIA+ e os migrantes latino-americanos são vítimas de discriminações no mercado de trabalho. Sobre as raízes da dimensão estrutural de nossos problemas no mercado de trabalho ver Krein, Manzano e Teixeira (2020).

11 Ver especialmente Johannessen (2019).

12 Ver especialmente Abílio (2020).

13 A esse respeito ver Standing (2013) e Ehrenreich (2004).

14 Keynes (2010, original de 1930).

garantia da sobrevivência. No decorrer deste século, o mundo testemunharia sua renda (e conforto) octuplicar, com o que todos poderiam desfrutar de jornadas de trabalho muito curtas, de não mais do que quinze horas de trabalho semanais.

Com efeito, a renda ampliou-se tal como Keynes previra, bem como a produtividade do trabalho. Assim, Graeber afirma que, em linha com o autor de Cambridge, o número de trabalhadores na indústria e na agricultura encolheu espetacularmente, enquanto a “proporção de profissões intelectuais, de gerência, empregados de escritório, vendedores e empregados do setor de serviços triplicou, passando de um quarto para três quartos da população ativa total” nos Estados Unidos, no período de 1920 a 2000 (GRAEBER, 2018).

Entretanto, continua Graeber, ao invés de presenciarmos uma imensa redução do tempo de trabalho para todos, com a abertura de novos horizontes para a fruição, para a criatividade, para o conhecimento, para os encontros, o que ocorreu foi uma hipertrofia do número de horas trabalhadas, sobretudo nos setores administrativos. O problema, adverte, é que a maior parte desse trabalho supostamente realizado de forma extensa e árdua não se reveste de qualquer significado e não resulta em algo minimamente útil. Reproduzamos aqui um de seus argumentos impiedosos – e deliciosos, para nós, professores



universitários – quando metaforicamente aborda a quantidade cada vez mais impressionante de formulários que somos constrangidos a preencher:

O inferno é um grupo de indivíduos que passa a maior parte de seus dias a realizar tarefas que lhes repugnam e para as quais não são especialmente dotados. Digamos que eles tenham sido contratados pelos seus talentos de marcenaria; subitamente descobrem que sua missão consiste, na realidade, em fritar peixes. Não que essa seja verdadeiramente uma tarefa necessária, mas bem, ao menos o volume de peixes a fritar é reduzido. Rapidamente, vendo que outros colegas desfrutam da sorte de se ocuparem com a marcenaria e, portanto, não contribuindo equanimemente à corveia da fritura, eles se tornam de tal forma amargos que pilhas inteiras de peixes mal cozidos que não servem a ninguém começam a invadir o ateliê. E, logo mais, essa se torna a atividade principal de todo mundo. (GRAEBER, 2018, p. 7; tradução nossa)

A alegoria é notável e demonstra a verve do antropólogo: essa rara capacidade de observar nossa própria realidade com estranheza, forjando a alteridade em seu próprio mundo. Mas não é disso que se trata? Não estamos cada vez mais enredados numa armadilha onde muitos de nossos semelhantes são considerados supérfluos, sobrantes, redundantes, dispensáveis, engrossando as fileiras do moderno “preariado”? E, numa posição especular, outros tantos, embora desfrutem de vidas cômodas, não se ressentem do vazio de seus dias, da inutilidade de sua lida, da exasperante mesmice dos castigos de Sísifo que lhes couberam executar?

Se todos esses argumentos ainda não bastassem, há que se considerar se ainda há espaço para sonhar, nos limites do *status quo*, com a volta do pleno emprego, numa reedição dos “anos dourados”.¹⁵ Ora, isso dependeria da volta do crescimento econômico que jamais deveria ser um fim em si mesmo, mas apenas um meio para colher valores mais elevados, quiçá mais felicidade, ou maior autonomia. Sabemos que crescimento não produz necessariamente mais desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico exige a intervenção consciente e planejadora do Estado, no sentido da transformação estrutural com certa homogeneização dos padrões de vida da população (FURTADO, 1961).

Talvez a volta do crescimento econômico, ainda que improvável, pudesse, em condições bastante particulares, prover um crescimento do número de empregos.¹⁶ De forma breve, consideremos um cenário hipotético. Imaginemos que o mundo voltasse a crescer consistentemente a taxas de 2,8% ao ano durante um século.¹⁷

15 Não são poucos os que ainda se entusiasma com as miragens dos “trinta gloriosos”, o período de trinta anos de pujança econômica, com o robustecimento da musculatura dos Estados de Welfare State para uma parte dos países da Europa Ocidental. Desnecessário dizer que muitas conquistas desse período se encontram em franca dissolução nas últimas décadas de espraiamento das políticas e ideologias neoliberais.

16 Dizemos de condições particulares, pois muitos apontam que as novas TICs trouxeram uma expressiva redução da elasticidade-renda do emprego. *Tout court*, o crescimento da atividade econômica, nos novos tempos, gera um volume percentual menor de empregos do que dantes. Ver, especialmente, IMF (2020).

17 A taxa de 2,8% não foi escolhida por acaso. Embora não fique muito longe da média de crescimento dos anos anteriores ao período pandêmico, sua precisão decimal deve-se ao seu propósito didático de gerar a duplicação do PIB a cada 25 anos.

Assim sendo, a cada 25 anos o PIB mundial dobraria de tamanho. Portanto, em cem anos, a produção global seria dezesseis vezes maior do que a atual. Pergunta-se: é possível imaginar que a Terra seja capaz de suportar uma pressão por recursos, por seres vivos para alimentação, por energia, por espaço, dezesseis vezes superior à que hoje lhe impomos? Se ainda pairam dúvidas sobre isso, convém lembrar que o relatório do IPCC de agosto de 2021 preconizou que a humanidade terá de realizar até 2030 ações enérgicas e transformadoras que garantam substancial redução das emissões de gases de efeito estufa. Com essas cartas na mesa, devemos realmente continuar a alimentar quimeras?

Assim chegamos a um ponto essencial. É premente que a Economia, para tornar-se útil na hercúlea tarefa de auxiliar a transição para a sustentabilidade, seja devidamente reenquadrada¹⁸ dentro de uma perspectiva sistêmica.

Já dissemos o mesmo em outra ocasião e aqui reiteramos: a reflexão econômica só fará sentido se reconhecer o imperativo da manutenção dos ciclos biogeoquímicos do planeta dentro de limites que não comprometam sua homeostase, resiliência e regeneração.

Para tanto, é preciso abandonar em definitivo as abordagens que foram longe demais ao afirmar que

18 Reenquadramento ou incrustação. Em inglês, *embeddness*, em francês *ré-encastrément*.

implicações morais, políticas e sobre a teia da vida não devem se misturar à pura ciência econômica, preocupada em lidar apenas com os comportamentos humanos na busca pela satisfação de necessidades em contextos de recursos escassos.

Na perspectiva do reenquadramento da Economia, Karl Polanyi (1983) merece aqui breve resgate. Num ensaio clássico afirma que a Economia tem dois significados distintos. Em seu sentido formal, a Economia é assimilada à ideia da racionalização, da produtividade, da eficiência, da “economia” dos recursos escassos, elementos típicos do pensamento convencional. Num outro registro, em seu sentido substantivo, a Economia deve lidar com o fato incontornável de que nenhum ser humano pode subsistir sem um meio material (e social) que o sustente. Ocorre que esse sentido substantivo, que revela a finalidade última dos arranjos econômicos, foi se perdendo ao longo da história da institucionalização da moderna ciência econômica. Em seu livro *A grande transformação*, Polanyi fornece-nos os elementos interpretativos para a autonomização do campo do econômico, com o avanço dos processos históricos de criação das mercadorias – fictícias –, a Terra, o Trabalho e o Dinheiro e suas terríveis consequências para os tecidos natural, social e político.

E por que nos interessa essa perspectiva de reenquadramento, da consideração do sentido substantivo da Economia? Ora, pois em nossa concepção, como já

dissemos em outra parte,¹⁹ nos estreitos limites da economia em seu sentido formal, as medidas que poderiam ser endereçadas ao mercado de trabalho como solução ao problema de redundância do trabalho vivo seriam, como tem sido o caso, sumariamente descartadas, avaliadas como francamente utópicas, pouco factíveis ou, mais seriamente, antípodas ao bom senso econômico.

Do que estamos falando? Da redução do tempo de trabalho. Uma ideia que se inscreve na longa história das lutas multisseculares travadas entre a classe trabalhadora e os donos do capital pela delimitação do tempo de trabalho.²⁰ Alternando momentos mais favoráveis e outros menos, as reflexões sobre a desiderabilidade da redução do tempo de trabalho encontraram amparo em grandes autores, a exemplo de Keynes, Russell e Gorz.²¹ Na atualidade, em face da ameaça das crises que ameaçam nossa civilização, um conjunto expressivo de autores que estão a pensar em transições para a sustentabilidade, partindo de diferentes matrizes teóricas, coincidem na prescrição de que o tempo de trabalho deve ser reduzido e partilhado entre todos os que desejam trabalhar.

Há alguns anos, para os estudiosos da redução do tempo de trabalho, a produção intelectual sobre essa

19 Fracalanza, Maria e Corazza (2020).

20 Ver a esse respeito o excelente capítulo 8, de “O Capital”, de Marx.

21 Fracalanza, Maria e Corazza (2020).

questão era francamente desoladora. Após um efêmero reavivamento do interesse sobre o tema na esteira da lei das 35 horas na França em 1997, sobreveio um longo período em que a redução do tempo de trabalho não mais figurava como uma importante bandeira de luta e transformação social.

As razões para tanto devem ser múltiplas e ainda precisam ser elucidadas. Possivelmente a redução das taxas de crescimento globais, o enfraquecimento dos sindicatos, a redução do poder de barganha dos trabalhadores em face da escalada do desemprego e o espraçamento das políticas neoliberais de flexibilização dos mercados de trabalho devam ser invocados para explicar o porquê do esvaziamento das propostas de redução do tempo de trabalho.

Talvez aqui valha mais uma explanação. Quando se diz do avanço do neoliberalismo não se deve analiticamente circunscrever seu alcance apenas a uma certa modulação das políticas públicas nacionais na direção dos ideais expressos, a título de exemplo, pelo Consenso de Washington. Como nos ensina Dardot e Laval (2017), o neoliberalismo vai se afirmando global e progressivamente como uma forma específica de racionalidade ancorada na ideia da concorrência entre os indivíduos com a extensão de suas normas e métricas a todas as esferas da existência humana. Não por acaso, os discursos sobre o trabalho e sobre os trabalhadores insistem crescentemente na eficiência, na permanente necessidade de

cada qual reinventar-se e gerir-se como a uma empresa e na inescapável dimensão da culpa individual no caso do fracasso em inserir-se no mundo concorrencial de produtores.

Nesse mundo de competição sem peias, aos vitoriosos cabe o horizonte da satisfação pulsional na forma do consumo ilimitado. Desafortunadamente um pouco esquecido, o livro de Hunnicutt prenuncia os sinais dessa transformação nos longínquos anos 30 do século XX nos EUA, logo depois do *crash* de 29. Para fazer frente à crise, durante os anos Roosevelt, as grandes coalizões em torno da redução do tempo de trabalho vão perdendo força em face do novo credo do consumo e de suas promessas de satisfação nos moldes do que veio a se denominar o *american way of life*.²²

Dissemos que as reflexões e as convicções sobre a necessidade de redução do tempo de trabalho permaneceram longo tempo adormecidas. Não mais agora. Como resposta à crise ambiental e às outras crises gêmeas que nos assolam, uma profusão de novas contribuições tem surgido para prospectar e indicar alternativas às exauridas formas de organização social política e econômica que nos guiaram até aqui. E em muitas dessas alternativas a redução do tempo de trabalho tem papel de grande

22 Solón (2019).

destaque no enfrentamento sistêmico das questões ecológicas culturais, sociais e econômicas.²³

Tomemos o exemplo de Bregman. O autor holandês afirma, sem rodeios, em *Utopia para realistas*: “Hace poco, un amigo me preguntó: ‘¿Qué se soluciona trabajando menos?’. Prefiero darle la vuelta a la pregunta: ¿hay algo que trabajar menos no resuelva?” (BREGMAN, 2017, p. 132).

Em sua avaliação, a redução do tempo de trabalho poderia endereçar soluções ao estresse da vida cotidiana, às mudanças climáticas, aos acidentes laborais, ao desemprego, às lutas emancipatórias das mulheres, ao envelhecimento da população e às desigualdades.

Muito além da lógica da solidariedade e da partilha do emprego,²⁴ contribuições tão diversas que aqui, seguindo a sugestão de Solón,²⁵ agrupamos sob o epíteto de *alternativas sistêmicas*, convidam a um novo olhar sobre as artificiais fronteiras que delimitam o campo das atividades mercantis daquele das atividades reprodutivas.

Importante assinalar que essas abordagens que nos convidam a um olhar sobre outras formas de

organização de nossas sociedades, o uso do tempo e a possibilidade de um convívio mais harmônico com os demais seres – humanos e não humanos – pertencem a diferentes extrações teóricas e combinam elementos de distintas tradições e corpos epistêmicos não circunscritos aos cânones ocidentais. Sem a pretensão de aqui esgotar as alternativas, a figura a seguir elenca algumas das propostas desse giro epistêmico que combinam as prescrições de um “decrescimento administrado”, compatível com os limites planetários e que apontam para os valores de uma *boa vida*.

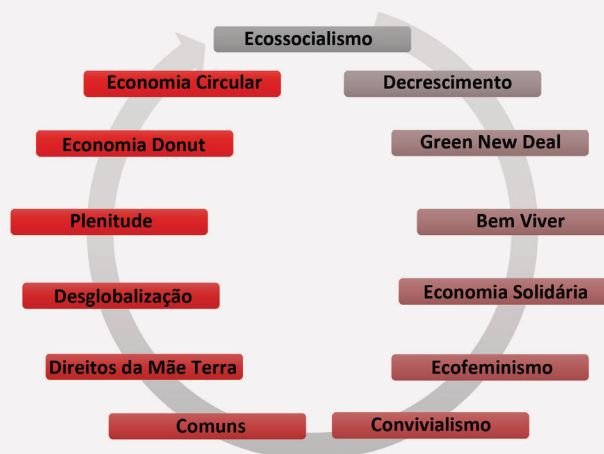


Figura 1. Algumas alternativas sistêmicas. Elaboração própria dos autores.

Para se ter uma ideia da importância dessa questão, pode-se dizer que a Economia simplesmente invisibiliza a contribuição da esfera reprodutiva, ou doméstica.

23 O artigo de Fracalanza, Maria e Corazza (2020) procura evidenciar como reflexões sobre a transição ecológica tem destacado a necessidade de ressignificação do trabalho e das políticas de redução do tempo de trabalho. Para tanto são examinadas as contribuições de Gorz, Méda e Jackson.

24 Uma referência destacada sobre essa questão e um marco no debate francês quando da ocasião da *Lei das 35 horas* é Aznar (1993).

25 Solón (2019) repertoria em seu livro *Alternativas sistêmicas* as reflexões do Bem Viver, do Decrescimento, dos Comuns, do Ecofeminismo, dos Direitos da Mãe Terra e da Desglobalização.

Essenciais para a manutenção da força de trabalho e para a criação das novas gerações de trabalhadores, as atividades de cuidados e do aprendizado da socialização (com crianças, idosos, portadores de condições especiais), as atividades de manutenção dos lares (limpeza, preparo dos alimentos, organização e administração dos suprimentos), as atividades comunitárias (plantio, conservação dos espaços, atividades recreativas, desportivas, religiosas e culturais) são todas solenemente ignoradas pelos economistas e apenas adquirem relevância quando passam a ser supridas pelos mecanismos de mercado.

Dessa forma, a imensa quantidade de trabalho “gratuito” de fundamental importância para a reprodução da vida social e para o funcionamento do capitalismo permanece invisível ao olhar dos economistas.²⁶ Não é de causar espanto que, assim sendo, as únicas formas de coordenação captadas pelas lentes dos economistas são os mercados e o Estado, se bem que a este último normalmente são imputadas toda sorte de imperfeições – corrupção, falta de transparência, nepotismo, desvio de funções –, falhas inexplicavelmente ausentes nas corporações. Conclusão: as formas alternativas de produção, consumo, distribuição e investimento, presentes em nossas sociedades, algumas das quais preservadas

por populações remanescentes e descendentes de quilombolas, indígenas e outros grupos populacionais, são descartadas ao serem consideradas arcaicas, primitivas e atrasadas.

É a articulação entre a redução do tempo de trabalho e as atividades reprodutivas que queremos iluminar. Pois um problema que afligia Keynes em 1930, e com o qual nosso autor não soube lidar, era como a humanidade aprenderia a lidar com a imensa massa de tempo livre, uma vez que o trabalho heterônimo, ou o trabalho mercantil, perdesse importância. Essa perspectiva, parece-nos, deve-se à posição particular de Keynes na sociedade inglesa: um destacado e abastado membro da elite inglesa que, segundo seus dados biográficos, nunca teve que se preocupar com os afazeres domésticos, com a criação de filhos ou cuidados com idosos e outros entes queridos.

A diminuição do tempo dedicado às atividades heterônomas não significa um mundo desprovido de trabalho, um mundo plasmado pelo ócio. É certo que a diminuição do labor, do trabalho árduo e penoso para outrem, abrirá também as portas para o lazer autêntico, para a contemplação, para o autoconhecimento, para o aperfeiçoamento de si. Mas, num mundo que caminha para um colapso ambiental, encontraremos na liberação do tempo heterônimo, com a conseqüente ampliação do tempo autônomo, um conjunto prodigioso de atividades que precisarão da atenção de todos: cuidados com os outros, revitalização

²⁶ Novas e velhas contribuições do feminismo, em suas múltiplas abordagens, trazem luz sobre essa questão. Destaco aqui as contribuições de Federici (2019) e de Vergès (2020).

dos espaços públicos, reconstrução de ecossistemas, manutenção de hortas públicas, aprendizado da agroecologia, entre tantas outras.

E, se esse novo mundo vier a brotar, talvez velhas métricas e falsas medidas possam finalmente ser abandonadas. Quem sabe, como nos lembrava Keynes, possamos finalmente parar de fingir que “o justo é mau, e o mau é justo; pois o mau é útil, e o justo não” (Keynes, original de 1930). As medidas de produtividade talvez mereçam grande atenção. Faz sentido num mundo em que o trabalho pode finalmente ser repartido continuar a pensar na intensificação do trabalho para toda e qualquer atividade? As atividades de educação, de saúde, desportivas, culturais, o convívio, entre outras, não seriam beneficiadas se a métrica fosse invertida? Mais atenção, mais dedicação e mais cuidados dilatados no tempo não seriam uma meta muito mais sensata?²⁷

Finalmente, à guisa de conclusão deste ensaio, acreditamos que vale novamente insistir no valor da diversidade, da possibilidade desse vasto mundo abrigar múltiplas formas de vida, de organização social, de convívio, de expressão da individualidade, de cooperação, de solidariedade. Francisco, em sua encíclica *Fratelli Tutti*, nos chama à reflexão: “o todo é mais que a parte, sendo maior também que a soma delas”. Esse papa, de posicionamentos firmes diante dos dramas contemporâneos, vê o desafio e as possibilidades de uma sociedade universal como um poliedro, cujas faces refletem culturas, identidades, formas locais de organização, de produção, de vida, de trabalhos com sentidos de realização do potencial humano, de cuidados consigo, com o próximo, com a Casa Comum. Como um poliedro, há arestas, mas nele as “diferenças convivem, integrando-se, enriquecendo-se, iluminando-se reciprocamente”.²⁸

²⁷ A esse respeito ver o interessante ensaio de Mair, Druckman e Jackson (2020).

²⁸ Francisco (2020).

REFERÊNCIAS

AZNAR, G. *Travailler moins pour travailler tous: 20 propositions*. Syros, 1993.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34, p. 111-126, 2020.

BOULDING, Kenneth E. *The economics of the coming spaceship earth*. New York, 1966. p. 1-17.

BREGMAN, R. *Utopía para realistas: a favor de la renta básica universal, la semana laboral de 15 horas y un mundo sin fronteras*. Salamandra, 2017.

BRYGO, J; CYRAN, O. *Boulots de merde!: Du cireur au trader, enquête sur l'utilité et la nuisance sociales des métiers*. Paris: La Découverte, 2018.

CORAZZA, R. I.; FRACALANZA, P. S.; BONACELLI, M. B. M. Visões da escassez: uma interpretação do debate entre cientistas naturais e economistas no renascimento do ambientalismo. *CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad*, 10(29), p. 91-127, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

EHRENREICH, B. *Miséria à americana*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRACALANZA, P. S.; MARIA, M. R.; CORAZZA, R. I. Economia Política da redução do tempo de trabalho: dos autores pioneiros ao debate contemporâneo sobre transições para sustentabilidade. *Nova Economia*, v. 30, n. 2, p. 629-654, 2020.

FRANCISCO, 2020. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*, 2020. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html.

FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and the Economic Problem*. Lincoln, NE (USA): Harvard University Press, 1999.

GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAEBER, D; CERUTTI, A. *Bullshit Jobs*. New York: Simon & Schuster, 2018.

HUNNICUTT, Benjamin. *Work Without End: Abandoning shorter hours for the right to work*. Temple University Press, 1988.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE (ILO). *World Employment and Social Outlook: Trends 2022*. Geneva: ILO, 2022.

ILOSTAT. *The working poor: or how a job is no guarantee of decent living conditions*. Genebra, 2019. Disponível em: https://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_696387.pdf.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook Update*, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/06/24/WEOUpdateJune2020>.

IPCC. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, 2021.

JOHANNESSEN, J-A. *The Workplace of the Future: The Fourth Industrial Revolution, the Precariat, and the Death of Hierarchies*. New York: Routledge, 2019.

KEESING, F.; OSTFELD, R. S. Impacts of biodiversity and biodiversity loss on zoonotic diseases. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 17, 2021.

KOLBERT, E. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KEYNES, J. M. Economic possibilities for our grandchildren. In: *Essays in persuasion*. London: Palgrave Macmillan. 2010, p. 321-332. [Originalmente publicado em 1930.]

KREIN, J. D.; MANZANO, M.; TEIXEIRA, M. *Utopias do trabalho: desafios e perspectivas para o pós-pandemia*. Friedrich Ebert Stiftung, 2020.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAIR, S.; DRUCKMAN, A.; JACKSON, T. A tale of two utopias: Work in a post-growth world. *Ecological Economics*, 173, p. 1-11, 2020.

- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. [Originalmente publicado em 1867.]
- MCCORMICK, J. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MEADOWS, D.; MEADOWS, D. et al. *The Limits to Growth*. New York: Universe Books, 1974.
- PETICCA-HARRIS, A.; DeGAMA, N.; Ravishankar, M. N. Postcapitalist precarious work and those in the 'drivers' seat: Exploring the motivations and lived experiences of Uber drivers in Canada. *Organization*, 27(1), p. 36-59, 2020.
- POLANYI, K. *La sussistenza dell'uomo: il ruolo dell'economia nelle società antiche*. Torino: Giulio Einaudi, 1983.
- RIPPLE, W. J. et al. World scientists' warning to humanity: a second notice. *BioScience*, v. 67, n. 12, p. 1026-1028, 2017.
- ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.
- SCHMELLER, D. S.; COURCHAMP, F.; KILLEEN, G. Biodiversity loss, emerging pathogens, and human health risks. *Biodiversity and Conservation*, v. 29, n. 11, p. 3095-3102, 2020.
- SEN, A. K. L'inegalité, le chômage et l'Europe d'aujourd'hui. *Revue Internationale du Travail*, Genebra, v. 136, n. 2, p. 169-186, 1997.
- SMIL, V. *Energy and civilization: a history*. MIT Press, 2018.
- SOLÓN, P. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.
- STANDING, G. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- STEFFEN, Will et al. The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, v. 2, n. 1, p. 81-98, 2015.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.
- YERGIN, D. *O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. [Originalmente publicado em inglês em 1992.]